

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

(atual denominação da SUZANO BAHIA SUL PAPEL
E CELULOSE S.A.)

3ª. EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2011

Rio de Janeiro, 30 de Abril, 2012.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª. Emissão Pública de Debêntures da SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S.A. (atualmente denominada SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Companhia Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à companhia emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

Características da Emissora

- Denominação Social: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. (atual denominação da SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S.A.)
- CNPJ/MF: 16.404.287/0001-55
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Alberto Monteiro de Queiroz Netto.
- Atividades: (i) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, incluindo a reciclagem destes, bem assim de produtos relacionados ao setor gráfico; (ii) b) a formação e a exploração de florestas homogêneas, próprias ou de terceiros, diretamente ou através de contratos com empresas especializadas em silvicultura e manejo florestal; (iii) a prestação de serviços, a importação, a exportação e a exploração de bens relacionados ao objeto da sociedade; (iv) o transporte, por conta própria e de terceiros; (v) a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento; e (vi) a operação de terminais portuários.

Características da Emissão

- Data de Emissão: (i) 1ª. Série: 01/04/2004; e (ii) 2ª. Série: 01/04/2004
- Data de Vencimento: (i) 1ª. Série: 01/04/2014; e (ii) 2ª. Série: 07/05/2019
- Banco Escriurador/ Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: (i) 1a. Série: SUZB13/BRSUZBDBS002 e (ii) 2ª. Série: SUZB23/BRSUZBDBS010
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos provenientes desta Emissão, de aproximadamente R\$500.000.000,00, serão utilizados em parte para liquidação dos contratos de repasse de mútuo com base na circular BACEN nº 2770 contraídos em 15 de abril e 14 de maio de 2004 no

montante aproximado de, respectivamente, US\$ 40,000.000.00 com prazo de 180 dias e taxa de juros de 10,38 % ao ano e US\$16,200.000.00 milhões com prazo de 90 dias e taxa de juros de 10,38% ao ano. O restante dos recursos provenientes da Emissão será utilizado no alongamento dos prazos de vencimento do endividamento da Emissora, reduzindo as necessidades de captação de recursos nos próximos anos.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie sem garantias nem preferência (quirografária).
1. Eventual Omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia; Inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE realizada em 29/04/2011, foi aprovada (i) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista a deliberação de aumento do Capital Social da Companhia; (ii) a alteração da redação do artigo 13 do Estatuto Social, para modificar a competência para instalação da Assembleia Geral; (iii) a exclusão do parágrafo 3º do artigo 24 do Estatuto Social, para excluir o cargo de Diretor Adjunto; e (iv) a alteração do parágrafo 2º do artigo 28 do Estatuto Social, para incluir a outorga de poderes para substabelecimento no contencioso administrativo.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, Indicadores Econômicos, Financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 17.10-9-00 - Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel;

- ➔ Situação da Empresa: Ativa;

- ➔ Natureza do Controle Acionário: Aberto;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: Legislação Societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: De 0,76 em 2010 para 0,70 em 2011;
- ➔ Liquidez Corrente: De 2,61 em 2010 para 1,74 em 2011;
- ➔ Liquidez Seca: De 2,30 em 2010 para 1,51 em 2011;
- ➔ Giro do Ativo: De 0,24 em 2010 para 0,22 em 2011.

- Estrutura de Capitais

A companhia apresentou um aumento de Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 7,87% de 2010 para 2011. O Índice de Participação do Capital Terceiros sobre o de Capital Próprio variou de 119% em 2010 para 124% em 2011. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido variou de 129% em 2010 para 137% em 2011. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo um aumento de 8,12% de 2010 para 2011 e um aumento de 1,72% de 2010 para 2011 no índice de endividamento.

- Resultados

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, anexas nas últimas folhas deste Relatório, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 1.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª. Série: IGP-M; e (ii) 2ª. Série: Taxa Cambial (conforme definido na Escritura de Emissão)
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª. Série: 8% a.a.; e (ii) 2ª. Série: a) a partir da Data de Emissão até 22/05/2007: 10,38% a.a.; b) a partir de 22/05/2007 até a Data de Vencimento: 9,85% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2011):

→ SUZB13 – 1ª. Série:

Juros:

01/04/2011 – R\$ 121,989658

→ SUZB23 – 2ª. Série:

Juros:

09/05/2011 – R\$ 26,714145

07/11/2011 – R\$ 28,714829

• **POSIÇÃO DO ATIVO:**

SUZB13 – 1ª. Série:

Quantidade em circulação: 333.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 333.000

SUZB23 – 2ª. Série:

Quantidade em circulação: 167.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 167.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** Não houve;
- **Amortização:** Não houve;
- **Conversão:** Não aplicável;
- **Repactuação:** Não aplicável;
- **Pagamento dos juros das debêntures realizados no período:** conforme item 4 acima;
- **Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia Emissora:** Não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com a Declaração da Emissora, os recursos obtidos foram utilizados de acordo com o previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras Obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros elencados no item 4.12.1, alínea “i” da Escritura de Emissão.

Item	Alínea	Descrição	Suzano Papel e Celulose
4.12.1	i1	(a) Dívida Líquida Consolidada / (b) Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado	0,55
Os detalhes dos cálculos se encontram abaixo e foram baseados nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas expressas em milhares de reais:			
(a)		Passivo com Instituições Financeiras (vide Anexo II) (-) Disponibilidades (vide Anexo II)	5.449.014
(b)		Patrimônio Líquido Consolidado (-) Variação Cambial advinda de Empréstimos Classificados no Passivo não Circulante	9.835.495
			= 0,55

<u>Passivos com Instituições Financeiras:</u>	
Classificados no passivo circulante e não circulante:	
	Financiamentos e Empréstimos (*) 7.859.050
	Debêntures 855.600
	Perdas não realizadas em operações com derivativos 57.892
(1)	Total dos Passivos com Instituições Financeiras 8.772.542
<u>Disponibilidades:</u>	
Classificadas no ativo circulante e não circulante:	
	Caixa e equivalentes de caixa 3.273.938
	Ganhos não realizados em operações com derivativos 49.590
(2)	Total das Disponibilidades 3.323.528
(1) – (2)	Dívida Líquida Consolidada 5.449.014

(*) Excluindo-se arrendamentos mercantis financeiros contratados diretamente com fornecedores.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)



A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial Consolidado (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado Consolidado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.089.769	3.484.168	3.273.938	3.735.438
Contas a receber de clientes	5	1.389.712	1.173.565	983.058	792.057
Estoques	6	583.031	538.082	722.401	658.821
Créditos a receber de partes relacionadas	9	5.149	1.952	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	85.080	23.210	86.242	24.099
Demais impostos a recuperar	8	169.120	147.224	178.759	147.649
Despesas antecipadas		5.592	4.954	6.015	5.777
Ganhos em operações com derivativos	26	5.066	12.353	16.675	15.754
Créditos a receber de precatório indenizatório	10	-	6.279	-	6.279
Adiantamento a fornecedores - Programa de Fomento	11	18.435	6.563	18.435	6.563
Créditos a receber imóveis e florestas		10.158	10.230	10.158	10.230
Outras contas a receber		68.617	13.644	76.470	21.158
Total do ativo circulante		5.429.729	5.422.224	5.372.151	5.423.823
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Ativos biológicos	14	2.437.883	1.809.670	2.406.595	1.811.094
Créditos a receber de partes relacionadas	9	27.940	811	-	-
Demais impostos a recuperar	8	115.428	96.062	115.476	96.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	685	26.946
Ganhos em operações com derivativos	26	11.493	2.619	32.914	11.518
Créditos a receber de precatório indenizatório	10	56.721	50.233	56.721	50.233
Adiantamento a fornecedores - Programa de Fomento	11	276.501	257.828	276.501	257.828
Depósitos judiciais		52.360	70.202	56.224	74.013
Outras contas a receber		68.874	79.175	69.774	86.896
		3.047.200	2.366.600	3.014.890	2.414.838
Ativo permanente					
Investimentos	13	535.393	580.383	-	-
Imobilizado	15	12.324.112	10.308.047	13.071.482	10.938.493
Intangível	16	52.904	34.062	198.556	169.911
		12.912.409	10.922.482	13.270.038	11.108.404
Total do ativo não circulante		15.959.609	13.289.082	16.284.928	13.523.042
Total do ativo		21.389.338	18.711.306	21.657.079	18.946.865

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores		377.467	271.997	414.723	277.107
Financiamentos e empréstimos	17	2.064.175	1.194.742	2.142.138	1.340.127
Debêntures	18	110.886	42.571	110.886	42.571
Perdas em operações com derivativos	26	28.666	32.863	29.435	37.390
Impostos a pagar		41.130	39.095	43.296	41.371
Remunerações e encargos a pagar		97.995	69.236	101.697	71.111
Débitos a pagar para partes relacionadas	9	78.094	135.411	-	-
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	23	48.925	59.731	54.370	65.362
Contas a pagar		69.248	42.654	75.627	48.348
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27	83.869	129.020	83.869	129.020
Imposto de renda e contribuição social		-	-	997	2.648
Lucros não realizados		78.976	63.043	-	-
Adiantamento de clientes	24	25.020	17.691	27.528	19.988
Total do passivo circulante		3.104.451	2.098.054	3.084.566	2.075.243
Não circulante					
Passivo exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	17	4.473.623	4.030.381	5.745.967	5.191.432
Debêntures	18	744.714	582.265	744.714	582.265
Perdas em operações com derivativos	26	28.457	29.296	28.457	29.891
Débitos a pagar para partes relacionadas	9	1.237.493	1.120.044	-	-
Dívidas com compra de terras e reflorestamento	23	-	44.798	124.086	111.438
Contas a pagar		9.506	10.352	9.506	10.352
Provisão para contingências	19	163.128	198.147	170.916	206.183
Provisão para passivos atuariais	20	218.627	182.691	218.627	182.691
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.715.910	1.767.255	1.837.008	1.909.352
Plano de remuneração baseado em ações	22	10.082	17.746	10.082	17.746
Outras provisões		9.798	9.606	9.601	9.601
Total do passivo não circulante		8.611.338	7.972.581	8.898.964	8.230.951
Patrimônio Líquido					
Capital social		3.445.569	2.685.183	3.445.569	2.685.183
Reservas de capital e de lucros		3.606.641	2.505.549	3.606.641	2.505.549
Ajustes de avaliação patrimonial		2.621.339	3.449.939	2.621.339	3.449.939
Total do patrimônio líquido	27	9.673.549	8.640.671	9.673.549	8.640.671
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		21.389.338	18.711.306	21.657.079	18.946.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 2

Suzano Papel e Celulose S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	30	4.751.788	4.244.727	4.847.988	4.513.883
Custo dos produtos vendidos		(3.466.434)	(2.854.990)	(3.771.937)	(3.148.502)
Lucro bruto		1.285.354	1.389.737	1.076.051	1.365.381
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas		(468.208)	(416.974)	(247.673)	(227.993)
Despesas gerais e administrativas		(314.186)	(279.716)	(333.810)	(288.473)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(45.763)	137.050	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	28	170.843	295.018	181.789	323.819
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		628.040	1.125.115	676.357	1.172.734
Resultado financeiro, líquido	29	(740.396)	(233.661)	(774.662)	(273.667)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		(112.356)	891.454	(98.305)	899.067
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	7	1.320	(120.162)	(7.893)	(126.904)
Diferidos	7	140.927	(2.295)	136.089	(3.166)
Lucro líquido do exercício		29.891	768.997	29.891	768.997
Lucro líquido do exercício por ação	27 (d)				
Básico ON		0,07043	1,97777	0,07043	1,97777
Básico PNA		0,07747	2,17555	0,07747	2,17555
Básico PNB		0,06250	2,12500	0,06250	2,12500
Diluído ON		0,05947	1,97657	0,05947	1,97657
Diluído PNA		0,06544	2,17223	0,06544	2,17223
Diluído PNB		0,06250	2,12500	0,06250	2,12500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 3

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Suzano Papel e Celulose S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Suzano Papel e Celulose S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Suzano Papel e Celulose S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de março de 2012.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante
Contador CRC-1SP184973/O-0

Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2